



O Jovem na Política Municipal

Amanda Machado¹

INTRODUÇÃO

A atuação do jovem tem como palco principal os municípios. São neles que vemos as manifestações estudantis, de oposição e de apoio aos governos, campanhas eleitorais, nas comunidades etc.. É expressão recorrente no discurso político, “a política acontece no município”. Mais que isso a vida cotidiana acontece no âmbito local; a cidadania, pela própria origem do termo, é exercida nas cidades. Por isso as demandas políticas aparecem e são reivindicadas neste nível. Neste sentido, a presente reflexão se volta à inserção do jovem na política municipal. Isso se dá sob dois vieses: 1) pelas características da participação partidárias de jovens no Rio Grande do Sul 2) pelo perfil de vereadores e prefeitos eleitos. Com isso, estima-se contribuir com a atuação

¹ Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciência Política pela mesma instituição. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS.

lização do debate sobre política institucional e juventude e com as reflexões quanto ao futuro das nossas democracias.

Estudos recentes sobre participação política destacam o declínio do engajamento com as instituições tradicionais da política, principalmente do público jovem. Ao passo que observam um acréscimo na participação associativa e outras formas mais informais (NORRIS, 2004; COSTA, 2008; SLOAM, 2011, 2014; ARIAS-CARDONA, 2015). Contudo, sem desconsiderar a importância deste tipo de engajamento, é relevante refletirmos sobre alguns aspectos da participação dos jovens em contextos partidários e eleitorais (BRÜTHER E HARRISON, 2009; ACOSTA, 2011). Primeiro, porque são raros os estudos que se propõem a tratar desta intersecção (HOOGHE, STOLLE E STOUTHUYSEN, 2004). Segundo, porque temos, de fato, jovens que se reúnem em partidos e são, portanto, um grupo que interessa aos estudos de juventude e de elites políticas. Terceiro, diz respeito diretamente a renovação de lideranças em regimes democráticos.

Uma das problemáticas atuais às democracias contemporâneas são justamente os baixos índices de renovação de lideranças políticas. É recorrente o sentimento, a cada eleição, de que estamos diante de cenários limitantes quanto à escolha de candidaturas. Parece que as opções de candidaturas propõem soluções insatisfatórias e repetitivas às demandas deste tempo. Abre-se assim uma agenda de estudos para chegar ao entendimento das raízes deste fenômeno. Neste contexto, sem dúvida, tratar de juventude na política é tratar da sua renovação. Não que necessariamente o jovem na política traga novas práticas e novas pautas, mas certamente a ausência de representantes da nova geração aprofundará o distanciamento das instituições políticas da pluralidade de demandas contemporâneas que constantemente surgem.

A presente reflexão inicia-se com uma contextualização da participação nos municípios na história política brasileira. Em seguida, confrontam-se dados da pesquisa de opinião Recrutamento Partidários de Jovens no Rio Grande do Sul, que traz algumas informações sobre juventude e participação partidária em uma unidade da federação, com dados da Associação Transparência Municipal sobre perfil dos candidatos e dos eleitos às Câmeras e Executivos Municipais do último pleito em 2012. A última parte dedica-se a síntese de alguns traços da participação dos jovens na política institucional no nível local.

O Município na política brasileira

Os municípios vêm ganhando importância a cada período da história política brasileira (ANDRADE, 2004). No nosso passado monárquico, os poderes concentravam-se no governo central, como uma maneira de manter a unidade da extensão continental do território brasileiro, com dificuldades de comunicação entre as localidades, e no qual lideranças regionais poderiam emergir. A Primeira República, cujas oligarquias regionais davam a tônica da política nacional. A dinâmica da política dos governadores produziu a herança das práticas coronelísticas no nível local (LEAL, 2012). A política era conduzida pelos proprietários de terra mais influentes naqueles universos circunscritos, marcadamente rurais, com pequenos centros urbanos. Basicamente, esses garantiam que, dos processos eleitorais, saíssem vitoriosos os candidatos de sua preferência, previamente alinhados ao poder central e aos acordos de alternância no poder vigentes. O instituto do sufrágio já era a fonte de legitimidade dos governos, ainda que não universal. O surgimento das metrópoles, decorrentes da industrialização e urbanização do século XX, necessariamente aumenta a importância dos municípios, já que o poder local tem que dar conta das demandas crescentes da população. Tal momento é marcado por lideranças populistas que vinculam-se às massas urbanas e não mais pequenos aglomerados em vilarejos.

Os fluxos migratórios do campo para as cidades e a conformação dos grandes contingentes populacionais, aglutinados no espaço urbano, acentuam-se nas décadas de 1960 e 1970. Neste período, há um acréscimo de iniciativas no campo das políticas habitacionais, até como forma de legitimar os governos militares e satisfazer a crescente classe média trabalhadora. Contudo, destaca-se que politicamente a dinâmica era fortemente concentrada na União e as políticas pouco originavam das iniciativas das administrações locais. Além disso, a eleição de representantes era limitada ao executivo e ao legislativo em algumas cidades, mas não aos executivos estadual e federal, ou seja, o processo político era restrito. A participação do cidadão também era restrita a dois partidos e os movimentos sociais fortemente reprimidos. A cidadania, por sua vez, tutelada, já que canais de participação e decisão eram rarefeitos.

Ainda que houvesse uma acentuada dependência dos governos locais aos estaduais e

federal, neste período, houve avanços na repartição dos tributos, com incremento das receitas dos municípios. Este processo foi progressivo até o atual o período. A Constituição de 1988 considera os municípios como ente federativo autônomo, equiparado aos Estados e União. Além de aumentar a fatia das cargas tributárias, cria-se dispositivos de repasses de recursos das outras duas esferas para a aplicação em áreas específicas das políticas municipais. E será que tais medidas elevou a autonomia do poder local a um ponto ótimo? Infelizmente não! Ocorre que, na atual configuração, os municípios também assumiram exclusividade ou a maior responsabilidade em diversas áreas. A principal delas é a saúde, com o Sistema Único de Saúde, a assistência social e a educação infantil e fundamental. Assim, é recorrente a organização dos prefeitos para tratativas junto à união, a fim de amenizar seus problemas orçamentários e de implementação de políticas sociais

Em sendo o município um ente federativo, politicamente ele organiza seus poderes em executivo e legislativo, com eleições sistemáticas a cada quatro anos. Sempre é bom recordar que o executivo é o responsável por implementar as políticas relativas ao município e o legislativo fiscaliza os seus atos. Além disso, a constituição cidadã prevê órgãos participativos, consultivos e deliberativos de políticas públicas, os conselhos gestores, para os três níveis de governo. Inclusive, na última década, inúmeros municípios brasileiros passam a contar com conselhos de juventude, justamente para acompanhar a implementação e a execução dos programas vinculados à Política Nacional de Juventude.

Nesta conjuntura, nosso enfoque é tratar especificamente da questão da juventude nos poderes municipais. Já comentamos a linha predominante da literatura de juventude e participação que insiste em desvincular o público jovem das formas tradicionais de engajamento político. Entretanto isso causa até um estranhamento diante do fato reiterado pelos estudos em ciência política de que os partidos políticos seguem a cumprir suas clássicas funções de prover as lideranças para o sistema político, já controlam a seleção de candidatos e protagonizam o fenômeno da profissionalização política² (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; MARENCO, 2013; BOLOGNESI, 2015). Se de um lado os partidos seguem fundamentais para as democracias contemporâneas, de outro recente pesquisa de opinião sobre Juventude (Secretaria Nacional de Juventude, 2014) revela que 30% dos jovens entrevistados considera a

² Sobre o debate sobre profissionalização e popularização da classe política ver CODATO (2015).

atuação em partidos importante para melhorar as coisas no Brasil³. Desta forma, compreender a participação do jovem no interior dos principais partidos, de diferentes orientações ideológicas, e a presença deste jovem na política municipal apresenta-se como tema fundamental para o debate sobre democracia, juventude e participação.

Juventude, Partidos e Representação Municipal

Trataremos destas questões, adotando como referência a pesquisa Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul, a qual buscou analisar os processos de filiação e formação política e se chegam a ocupar posições partidárias na organização interna, na administração pública ou eletiva no executivo e no legislativo. Para tal a pesquisa contou com dados primários coletados nos estatutos partidários, em entrevistas em profundidade com membros das executivas estaduais de juventude e filiados jovens. No que tange a base de filiados, contou com uma amostra de 100 jovens⁴, de 18 a 34 anos, pertencentes ao DEM, PP, PSDB, PMDB, PDT, PT e PCdoB⁵, principais partidos gaúchos⁶

Como a pesquisa refere-se ao nível estadual, ao tratar com as lideranças de juventude, um dos primeiros elementos observados foi justamente a centralidade dos municípios para a mobilização dos partidos e do segmento de juventude. Seguido o enfoque nas filiações e nas seleções de quadros, detecta-se que esses ocorrem principalmente nos municípios, como preveem os estatutos, afirmam vários entrevistados e mostram as percepções dos jovens. Uma pequena amostra disso consta nas duas declarações de duas lideranças de juventude de partidos diferentes e opostos ideologicamente a seguir,

Geralmente o jovem não se identifica primeiro pelas políticas mais estruturais do partido. Ele se identifica primeiro, por exemplo, na uni-

³ Pesquisa Agenda de Juventude Brasil, realizado pela Secretaria Nacional de Juventude, com jovens de 15 a 29 anos, composta por uma amostra de 3300 entrevistas, representativa do Brasil. A margem de erro é de 2 a 3 pontos percentuais.

⁴ Trata-se de uma amostra por cotas de sexo, faixa etária (18 a 20; 21 a 24; 25 a 34) e partido, e corresponde aos parâmetros da população de filiados jovens aos partidos em questão no RS, fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

⁵ DEM: Partido Democratas; PP: Partido Progressista; PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira; PDT: Partido Democrata Trabalhista; PT: Partido dos Trabalhadores; PCdoB: partido Comunista do Brasil.

⁶ Os critérios adotados para a seleção dos partidos são: (1) tamanho, (2) importância no quadro político estadual e (3) ideologia

versidade, tem uma questão a ser resolvida e o jovem não concorda com a postura do reitor. Aí tem um pessoal organizado dentro do movimento estudantil que começa a dialogar com esse jovem e ele começa a se reconhecer a partir dos problemas da universidade que é onde ele está. Então ele estabelece uma relação com os membros deste grupo e é convidado a participar de uma reunião aqui, outra ali, e começa a perceber discussões mais estruturais e passa a se organizar (no Partido) (ARIELY DE CASTRO, COORDENADORA DE MOVIMENTOS SOCIAIS da JPTRS, 2014, grifo meu)

[...] normalmente nas cidades menores o Presidente do Partido participa em algum evento de Sindicato e tem aquele *feeling* de ver algum jovem que se destaca e chega nele. Mas, assim, normalmente, é no Município que a aproximação ocorre, mas isso não impede que o Deputado (Onix Lorenzoni, Presidente Estadual e Secretário Nacional do DEM)⁷ numa viagem dele pelo interior, faça esse convite a algum jovem presente (Roberta Faraco, PRESIDENTE DA JDEMRS 2014).

A pesquisa de opinião complementou as entrevistas em profundidade e nos revelou que, na maioria dos casos, os momentos de formação são tocados pela organização estadual em 51% das vezes, mas muitos municípios também as fazem (37%). Nestes debates, segundo a percepção dos entrevistados, as conjunturas municipais estão entre os principais assuntos (58% das vezes). As atividades de formação tocadas pelos níveis estaduais dão-se de maneira articulada aos segmentos organizados nos diretórios municipais e que tem a sua atuação cotidiana neste nível. Daí a centralidade do nível local para o exercício político. A rotina de participação acontece em reuniões partidárias e encontros específicos para discutir política, mais de 60% participa sempre e na maioria das vezes desta forma. A metade da amostra envolve-se sempre e na maioria das vezes com a organização de reuniões locais do partido e 36% eventualmente. Contudo, a atividade que mais engaja os jovens sempre é a distribuição de material no período eleitoral (48%). Por isso, mesmo as campanhas em nível estadual e federal exigem uma organização local para a sua realização.

Outra evidência de que, no município, concentra-se a atuação de jovens partidários está na variável ocupação de posições (Tabela 1). Da parcela de jovens que são quadros do partido (59), a maioria integra a direção municipal do

⁷ Grifo meu.

partido (76%). No âmbito da executiva de juventude, esta tendência se repete. Mais da metade da amostra, 56, já participou da coordenação do segmento de juventude e, destes, 54% foi na organização da sua cidade. Daqueles que já se can-

didataram, 17, todos o fizeram para a função de vereador, sendo a posição mais atrativa para os jovens e que marca o início da carreira política, e 18% para prefeito. 35% destes conseguiram a sua eleição.

TABELA 1 POSIÇÕES OCUPADAS PELOS JOVENS (%)

	Eletivos	Direção partidária	Executiva de Juventude	Administração Pública (Cargo em Comissão)
Sim	6	59	56	47
Não	94	41	44	53
Total (N)	100	100	100	100

A despeito da importante participação do jovem no âmbito partidário, percebe-se uma reduzida chance dos mais jovens de concorrer e elegerem-se às Câmeras Municipais. A tabela a seguir mostra que após atingir a idade madura as possibilidades aumentam. Entre os vereadores eleitos no Brasil, em 2012, a maior parte tem mais de 45 anos, 38,51%. Este percentual aumenta para 44,76% se tomarmos como referência o Estado do Rio Grande do Sul.

TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS VEREADORES DO BRASIL PARA O MANDATO DE 2013 A 2016

Idade	NÚMERO DE CANDIDATOS		NÚMERO DE VEREADORES ELEITOS		% CANDIDATOS ELEITOS		RELAÇÃO ELEITOS/ CANDIDATOS	
	Nacional	RS	Nacional	RS	Nacional	RS	Nacional	RS
TOTAL	419.912	25.659	57.377	4.904	100	100,00	13,66	19,11
menos de 18	47	4	6	2	0,01	0,04	12,77	50,00
de 18 a 20	4.205	225	256	17	0,45	0,35	6,09	7,56
de 21 a 24	12.194	672	1.063	74	1,85	1,51	8,72	11,01
de 25 a 34	75.053	3.728	10.664	784	18,59	15,99	14,21	21,03
de 35 a 44	127.534	6.497	19.839	1.461	34,58	29,79	15,56	22,49
de 45 a 59	165.386	11.729	22.100	2.195	38,51	44,76	13,36	18,71
de 60 a 69	29.865	2.382	3.058	331	5,33	6,75	10,24	13,90
de 70 a 79	5.045	402b	354	40	0,62	0,81	7,02	9,95
80 e mais	583	20	37	0	0,06	0,00	6,35	0,00

FONTE: Associação Transparência Municipal (2012) / Tribunal Superior Eleitoral - 2012.

Quando se trata das eleições majoritárias do nível municipal, acentua-se a baixa representação de jovens, como apresenta a Tabela 3. Mais da metade dos candidatos eleitos aos executivos municipais, 55,53%, tem idade acima de 45 anos. Chama atenção, porém, o fato da maior relação entre eleitos e candidatos situar-se na faixa de 35 a 44 anos, intervalo considerado jovem para a política institucional. Ou seja, para os candidatos de meia idade que concorrem aos cargos eletivos, há mais chances de saírem vitoriosos que os candidatos das demais faixas etárias. Isso evidencia que provavelmente os problemas de representação de jovens iniciem ainda no processo de formação de listas partidária. Aqueles que conseguem ultrapassar a barreira de conseguirem lançar candidatura têm chances. O perfil de meia idade pareceu agrandar o eleitorado na última eleição municipal.

TABELA 3 DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS PREFEITOS PARA O MANDATO DE 2013 DE 2016

Idade	NÚMERO DE CANDIDATOS		NÚMERO DE VERADORES ELEITOS		% CANDIDATOS ELEITOS		RELAÇÃO ELEITOS/CANDIDATOS	
	Nacional	RS	Nacional	RS	Nacional	RS	Nacional	RS
TOTAL	15.103	1.168	5.568	497	100,00	100,0	36,87	42,55
menos de 18	1	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
de 18 a 20	1	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
de 21 a 24	111	3	32	0	0,57	0,00	28,83	0,00
de 25 a 34	1.376	84	536	37	9,63	7,44	38,95	44,05
de 35 a 44	3.887	252	1.470	125	26,40	25,15	37,82	49,60
de 45 a 59	7.582	663	2.819	276	50,62	55,53	37,18	41,63
de 60 a 69	1.799	146	590	54	10,60	10,87	32,80	36,99
de 70 a 79	316	18	104	5	1,87	1,01	32,91	27,78
80 e mais	30	2	7	0	0,13	0,00	23,33	0,00

FONTE: Associação Transparência Municipal (2012) / Tribunal Superior Eleitoral - 2012.

Em síntese, os dados mostram elevados índices de participação partidária de jovens no âmbito municipal, enquanto as proporções de eleitos são mais elevadas entre os candidatos maduros. Há indícios sobre a existência de entraves a candidaturas jovens, na verdade, em todos os níveis (municipal, estadual e federal). Alguns estudos sobre a ocupação da Câmara Federal também revelam composições etárias semelhantes (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho insere-se no grupo de estudos sobre participação política e juventude. Centrou-se pontualmente no engajamento institucional de jovens, já que é uma modalidade na qual se fundamenta os atuais regimes políticos contemporâneos. Os recorrentes cenários eleitorais de baixa renovação de lideranças, mostram-nos a necessidade de investir em uma agenda

de estudos sobre participação partidária e juventude. Assim buscou contextualizar a participação deste segmento na organização política brasileira, direcionando o enfoque para os níveis municipais. Comentou-se a importância adquirida pela política local no presente desenho institucional e a incidência da participação do jovem neste âmbito.

Este ano é de eleições municipais. Vimos de um período de efervescência no quesito manifestações de juventude, cujo o marco foram as de junho de 2013. É interessante lembrar que, naquela ocasião, as pautas predominantes eram justamente problemas do nível local, segurança, saúde, educação, de uma parte, e, de outra, pautas identitárias. Contudo, foram movimentações autônomas, que fugiram às tradicionais mobilizações organizadas por sindicatos e partidos de esquerda; diferentemente, das observadas em 2016, contrárias e favoráveis ao governo federal, também de abrangência nacional. O ocorrido em 2013 trouxe à tona, pelas vozes da juventude, uma série de problemas crônicos das nossas cidades. E será que, em 2016, a via institucional será o canal desta mesma juventude para avan-

çar naquelas pautas? Teremos mais candidaturas jovens que de fato representem novas soluções no âmbito legislativo e executivo? Ou manteremos o padrão de investir-se em candidaturas jovens que pertençam a famílias tradicionais da política e que representem mais continuidades que rupturas?

Muito se fala em reforma política como a panaceia para os problemas de representação e financiamento, mas ao tratarmos da representação de juventude e tudo que ela pode significar para o regime político como um todo, talvez devemos voltar o olhar para os partidos. Eles falham quando não viabilizam candidaturas jovens e inovadoras. A solução é ocupar a sociedade e ignorar a política institucional, como vem sugerindo a literatura sobre juventude e participação? Não há dúvidas que as consequências disso já se percebe a cada pleito. As mesmas candidaturas de sempre! Parte importante das cadeiras dos legislativos são reeleitas. A renovação de lideranças é baixa e este é um fenômeno mundial. Encontrar formas de pautar aos partidos o investimento nos quadros jovens se faz urgente para o caso brasileiro.



Referências

- ACOSTA, Gladys Lucia. Jóvenes en la política partidaria. Una aproximación a las organizaciones de juventud, vinculadas a los partidos políticos en Colombia. **ANAGRAMAS: Rumbos y sentidos de la comunicación**, v. 9, n. 19, p. 51-68, 2011.
- ANDRADE, Luís Aureliano Gama., O Município na Política Brasileira: Revisitando Coronelismo, Enxada e Voto. In **Avelar, L.; Cintra, A. O.** (eds.), O Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/Fundação Editora Unesp, pp. 205-221, 2004.
- ARIAS-CARDONA, Ana María; ALVARADO, Sara Victoria. Jóvenes y política: de la participación formal a la movilización informal. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 13, n. 2, p. 581-594, 2015
- BOLOGNESI, Bruno. Determinantes da seleção de candidatos. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política**. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- BRAGA, Maria do Socorro S.; VEIGA, Luciana F. e MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123-142, 2009.
- BRASIL, SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **AGENDA DE JUVENTUDE BRASIL**. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude. 2014.
- BREMAEKER, François E. J. **PERFIL DOS VEREADORES DO BRASIL** (2013 - 2016). Associação Transparência Municipal. 2012.
- BREMAEKER, François E. J. **PERFIL DOS VEREADORES DO RIO GRANDE DO SUL** (2013 - 2016). Associação Transparência Municipal. 2012.
- BREMAEKER, François E. J. **PERFIL DOS PREFEITOS DO BRASIL** (2013 - 2016). Associação Transparência Municipal. 2012.
- BREMAEKER, François E. J. **PERFIL DOS PREFEITOS DO RIO GRANDE DO SUL** (2013 - 2016). Associação Transparência Municipal. 2012.
- BRUTER, Michael e HARRISON, Sarah. **The Future of Our Democracies: Young Party Members in Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- CALIARI, Hingrid. Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira. **Dissertação de mestrado**. 2009. 195f. (Mestre em Política Social) Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2009.
- CASTRO, Lúcia Rabello DE. Participação política e juventude. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253, 2008.
- CODATO, Adriano, COSTA, Luiz D., MASSINO, Lucas. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política**. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind; STOUTHUYSEN, Patrick. Head Start in Politics The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). **PARTY POLITICS**, v. 10, n. 2, p. 193-212, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. **CORONELISMO, ENXADA E VOTO**. Editora Companhia das Letras, 2012.
- MARENCO, André. O que podemos explicar estudando carreiras políticas? **MARENCO, A(ORG)**. Os eleitos: representações e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.
- NORRIS, P. **YOUNG PEOPLE & POLITICAL ACTIVISM: FROM THE POLITICS OF LOYALTIES TO THE POLITICS OF CHOICE? COUNCIL OF EUROPE**. 2004
- SLOAM, James. 'Rejuvenating democracy?' Young people and the 'Big Society' project. **PARLIAMENTARY AFFAIRS**, 2011.
- SLOAM, James. New voice, less equal the civic and political engagement of young people in the United States and Europe. **COMPARATIVE POLITICAL STUDIES**, v. 47, n. 5, p. 663-688, 2014.